O AGRONEGÓCIO BRASILEIRO NÃO TEME O GREEN DEAL



TIRSO DE SALLES MEIRELLES

Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo (FAESP)

O COMÉRCIO global está mudando, ou melhor, atualizando-se para a realidade do século XXI. Nesse contexto, o Green Deal (Pacto Verde europeu) tem motivado inúmeras manifestações de produtores do Velho Continente. Se, por um lado, eles temem a concorrência, com a chegada de novos produtos de qualidade de países fora do bloco; por outro lado, reclamam sobre as taxações e o fim de subsídios, como o do diesel para tratores, que irão onerar a produção rural.

Por aqui, acompanhamos com atenção as movimentações nesse grande tabuleiro de xadrez. As regras impostas pela Comunidade Europeia possuem alguns equívocos, principalmente ao contrapor produção rural e meio ambiente. O Brasil é o maior exemplo de que a sustentabilidade é, hoje, uma das principais vertentes do agronegócio, com a preservação de florestas, a produção de bioenergia e o aumento da presença de bioinsumos nas culturas.

Um dos pontos do acordo que tem gerado revolta entre os agricultores europeus é a questão da preservação ambiental. Os produtores reclamam da meta de 4% de área preservada. Aqui no Brasil, temos 66% de vegetação nativa, sendo que 50% estão em propriedades rurais, o que representa dez vezes o tamanho da Alemanha, por exemplo. Isso mostra bem que a legislação brasileira é muito mais avançada em relação à preservação ambiental. Outra questão combatida pelos europeus é a regra de proibição de plantações a 5 metros das margens dos rios, enquanto, no Brasil, essa distância é variável em função da largura dos rios, indo de 30 até 500 metros.

Sabedoras da importância do mercado para o agro brasileiro, há movimentação de entidades ligadas ao agronegócio para que se peça a prorrogação do prazo de adequação às novas regras. O trabalho que a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) está desenvolvendo, com a criação de uma plataforma que integre todas as bases de informação disponíveis sobre o meio ambiente, como o Cadastro Ambiental Rural (CAR), será uma ferramenta fundamental para o País. Estamos confiantes de que o trabalho do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), em consonância com o Ministério das Relações Exteriores (MRE), levará ao reconhecimento da nova ferramenta pela União Europeia.

É importante ressaltar que o estado de São Paulo tem trabalhado para se adequar às novas regras do Green Deal. A Europa é o segundo mercado das *commodities* brasileiras e um parceiro essencial para a nossa economia. O trabalho que tem sido feito visa garantir a manutenção dessa parceria comercial, assim como prospectar novos mercados para outros produtos.

A produção de alimentos da Europa é insuficiente, inclusive, para alimentar os europeus, daí a necessidade de se rediscutir as regras, ampliar prazos para que os países se adequem à legislação e trabalhar para que não haja perdas de nenhum lado. O agronegócio brasileiro é essencial para alimentar o mundo e está presente em todos os continentes, com uma grande variedade de produtos. Pela qualidade da nossa produção, não tememos os novos tempos, mas precisamos discutir prazo de adequação, custos, critérios de comprovação e viabilidade de implementação das exigências. ■